

Mercados dos EUA 'tombam', após ataque de Trump ao Fed

Republicano culpou juros altos pela desaceleração da economia

Por Marcello Sigwalt

Só faltava atacar a própria 'casa'. E foi exatamente o que o irascível e ególatra presidente dos EUA, Donald Trump, fez, nessa segunda-feira (21), ao assestar suas baterias contra o presidente do Federal Reserve (Fed) - o banqueiro Jerome Powell, a quem culpou por manter altos os juros estadunidenses, sob pena de desaceleração da economia daquele país.

Disparo conveniente do topepetudo mandatário republicano, uma vez que, de fato, é sua guerra comercial deflagrada unilateralmente que deve desambicar em avanço da inflação, o que demandaria 'segurar', por mais tempo, os juros em patamar elevado, como tem feito, com responsabilidade, o Fed, até agora.

O impacto das palavras trumpeanas irresponsáveis foi imediato, com o tombo generalizado das ações dos EUA, enquanto investidores se questionam sobre o tempo em que o Fed conseguirá manter sua independência da Casa Branca.



Joshua Tsu - Unsplash

'Tiro no pé': Trump prejudicou o próprio mercado com declarações contra o Fed

Seus três principais índices entraram em queda livre: o S&P 500 perdeu 2,36%, encerrando em 5.157,81 pontos, enquanto o Nasdaq Composite caiu 2,50%, para 15.878,68 pontos. O Dow Jones Industrial Average recuou 2,47%, para 38.159,19.

Mirando Powell, Trump argumentou que a economia dos

EUA caminha para uma desaceleração "a menos que o Sr. Tarde Demais, um grande perdedor, reduza as taxas de juros AGORA".

Em contraponto, o gerente de portfólio da Argent Capital Management, em St. Louis, Jed Ellerbroek, observou que "os países que têm um banco central independente crescem mais

rapidamente, têm inflação mais baixa; eles têm melhores resultados econômicos para seu povo", acrescentando: "E políticos que tentam influenciar o Fed são uma ideia muito ruim e muito assustadora para o mercado."

Pequim advertiu países que façam acordos com Washington, que redundem em prejuízo ao gigante asiático.

Metade de brasileiros condena tarifaço

Após três meses do governo do presidente Donald Trump nos Estados Unidos, 50% dos brasileiros consideram que suas políticas comerciais estão prejudicando a economia brasileira, segundo pesquisa da Ipsos-Ipec divulgada nesta sexta-feira (18). Já aqueles que acreditam que as decisões do republicano não estão afetando negativamente o Brasil e os que não sabem ou não responderam estão empatados, com 25% cada.

A percepção de que a gestão é prejudicial ao Brasil é ainda maior entre os que votaram no presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 (58%), embora entre os eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro a percepção também corresponda a maioria relativa, com 43%.

Foram entrevistadas 2 mil pessoas com 16 anos ou mais, em 131 municípios brasileiros e entre os dias 3 e 7 de abril. A margem de erro é de 2 pontos

para mais ou menos, e nível de confiança de 95%.

No início deste mês, Trump anunciou um tarifaço para 185 países, entre eles o Brasil. O presidente definiu um patamar de 10% como base e taxas maiores para nações específicas. Contudo, diversas autoridades internacionais reagiram à política e, dias após o anúncio inicial, Trump decidiu limitar suas tarifas recíprocas a 10% por um prazo de 90 dias,

exceto para a China.

A pesquisa também identificou a percepção dos brasileiros sobre a atuação do governo dos EUA no geral, não apenas em relação às políticas comerciais. Para 49% dos entrevistados é de que a entrada do governo Trump é negativa para o Brasil, enquanto 29% veem como positiva e para 2%, é indiferente. Para 21% dos entrevistados, este é "péssimo", 19%, "bom" 19%, "regular".

Fraudes no Pix somam R\$ 4,941 bilhões

As fraudes no Pix causaram prejuízos de R\$ 4,941 bilhões no acumulado de 2024, mostram dados do Banco Central obtidos pelo Broadcast por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). O montante é 70% superior ao observado em 2023, quando houve perdas de R\$ 2,911 bilhões por causa de fraudes no sistema de pagamentos.

Os dados se referem às devoluções de valores solicitadas por usuários e instituições participantes do Pix após uma fraude ter sido constatada, mas que não puderam ser retornados.

As razões para que uma devolução não seja efetivada incluem o encerramento da conta do receptor ou falta de saldo. Ao todo, 3,452 milhões de solicitações acabaram rejeitadas por esses motivos em 2024.

O BC foi procurado para comentar sobre o aumento das



Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Montante de valores de fraudes cresce 70% em um ano

perdas com fraudes, mas não respondeu.

As notificações de fraudes no Pix têm crescido e ultrapassaram a média de 390 mil por mês em 2024, depois de terem atingido 216.046 por mês em 2023. Apenas em janeiro deste ano, último mês com informações,

324.752 notificações de fraude foram analisadas e consideradas procedentes pelas instituições.

O manual operacional do Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT), base que armazena as chaves Pix, define fraudes como quaisquer transações iniciadas ou autorizadas pelo pagador por causa de um golpe ou estelionato; iniciadas sem que o pagador tenha autorizado a transação; iniciadas por um terceiro, sem reconhecimento do usuário; ou iniciadas pelo usuário mediante coerção ou extorsão. Após uma notificação de infração ser aceita e fechada, é criada uma solicitação de devolução visando a restituição dos valores.

Mais atratividade

A modalidade pós-embarque do seguro de crédito prote-

quer transações iniciadas ou autorizadas pelo pagador por causa de um golpe ou estelionato; iniciadas sem que o pagador tenha autorizado a transação; iniciadas por um terceiro, sem reconhecimento do usuário; ou iniciadas pelo usuário mediante coerção ou extorsão. Após uma notificação de infração ser aceita e fechada, é criada uma solicitação de devolução visando a restituição dos valores.

Apesar do aumento, a proporção de fraudes é inexpressiva como percentual do total de transações feitas no Pix. Em 2024, por exemplo, o sistema de pagamentos do BC movimentou um total de R\$ 26,403 trilhões. As perdas com fraude representam 0,019% do total. A maioria das rejeições de devolução ocorre porque a conta que recebeu os valores por meio de fraude estava sem saldo no momento em que o retorno das transferências foi solicitado.

ge o exportador ou o financiador contra o não-pagamento da exportação.

Na prática, permite que o exportador conceda a seus clientes estrangeiros condições de venda mais atrativas, com o pagamento a prazo. Essa proteção também facilita que bancos antecipem valores a receber, permitindo que o exportador receba à vista, mesmo oferecendo pagamento a prazo ao comprador da mercadoria em outro país.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sóstenes diz que não aceitará nova mudança

Anistia deve complicar reunião de líderes

Prevista para esta quinta, a reunião do colégio de líderes deverá ser bem animada. Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) promete chutar o balde caso o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), cumpra sua promessa de jogar para o grupo a decisão sobre pautar ou não a urgência para o projeto de anistia a acusados e condenados por golpismo.

Isso, segundo o repre-

sentante do PL, representaria uma nova mudança na regra do jogo determinada por Motta. A primeira, diz, foi quando ele impediu que o requerimento de urgência fosse assinado pelos líderes em nome de suas bancadas.

Os defensores da anistia tiveram, então, que buscar apoios individualmente. Jogar para o coletivo seria, assim, uma nova virada de mesa.

Assinaturas

Como a coluna mostrou, dos 20 líderes citados pelo site da Câmara, apenas cinco assinaram o requerimento. Por influência de Motta, deixaram de apoiar o pedido até mesmo representantes de partidos cujas bancadas são, em maioria, favoráveis à concessão da anistia.

Alternativa

Sóstenes ressalta que não há tradição de votações no colégio de líderes. Cada bancada apresenta seu projeto prioritário e, se não houver consenso, mesmo assim o projeto é pautado. Geralmente, para uma quarta-feira, quando o plenário está mais cheio.



Lula Marques/Agência Brasil

Bolsonaro quer que anistia seja ampla e irrestrita

Para representante do PL, todos seriam beneficiados

Para o líder do PL, independentemente do texto do projeto que venha a ser aprovado, a anistia acabará sendo ampla, geral e irrestrita, como defendeu Jair Bolsonaro (ele recuou o mote usado pela esquerda em 1979).

Segundo Sóstenes, mesmo que o Congresso aprove uma proposta que exclua alguns, advogados

dos não contemplados recorrerão à Justiça: alegarão que não pode haver discriminação quando se trata de anistiar condenados por um mesmo crime.

Defende que a anulação de penas a condenados pelo 8 de Janeiro beneficia todos os acusados por crimes conexos, inclusive pelo planejamento de golpe.

Bets no Senado

Amanhã, representantes de emissoras de TV, CBF, mercado publicitário, universidades e entidades do comércio vão participar, na Comissão de Esporte do Senado, de audiência pública que tratará de projetos que limitam a propaganda de casas de apostas, as bets.

Proibição

Entre as propostas está a do senador Styvenson Valentim (Podemos/RN) que proíbe, em qualquer meio de comunicação, ações de publicidade de loterias de quota fixa, como as relacionadas a eventos esportivos. Na prática, inviabilizaria toda propaganda das bets.

Restrição

Relator do projeto, Carlos Portinho (PL-RJ) propôs uma versão menos rígida: restringe o horário para publicidade em rádio e TV (só poderia ocorrer das 22h às 6h) e proíbe a participação nos anúncios de atletas, artistas, comunicadores, autoridades ou pessoas públicas.

Uniformes

Também seria proibida a propaganda em veículos impressos ou pela internet. As bets também seriam impedidas de patrocinar eventos públicos e de expor suas marcas em estádios, arenas e praças esportivas. Mas manteriam o direito de exibí-las em uniformes de atletas.

MDIC retoma o seguro de exportação

A partir deste mês de abril, micro, pequenas e médias empresas podem se proteger de riscos associados às exportações. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) retomou o seguro de crédito à exportação (SCE) pós-embarque, interrompido em 2019.

O novo seguro está disponível desde o último dia 4 para empresas com exportações anuais de até US\$ 3 milhões e

faturamento anual de até R\$ 300 milhões. No fim do ano passado, a pasta havia lançado o SCE na fase pré-embarque, quando a mercadoria ainda não foi embarcada.

"Com essas duas garantias, o governo age nas duas pontas [pré e pós-embarque] para assegurar às empresas maior capacidade para exportar mais e fortalecer sua presença no comércio exterior. Qual é o nosso objetivo? Estimular a micro, pequenas e mé-

dias empresas brasileiras a vender seus produtos lá fora no exterior, gerando empregos de qualidade e renda para a nossa população", disse o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, em vídeo gravado nas redes sociais.

Mais atratividade

A modalidade pós-embarque do seguro de crédito prote-